Crime e *Media*: A violência no Brasil massificada no exterior por meio de telejornais brasileiros[1]

Rogério PAIVA[2]
Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, Portugal

RESUMO

O trabalho está localizado na área da Comunicação Social, tendo "*Media* e Violência" como eixo central e, especificamente, a massificação da criminalidade no Brasil, a partir de telejornais nacionais exibidos no exterior. Para tanto, utiliza, como principais fontes, reportagens veiculadas pela TV Record (2007-2010), em contraponto às estatísticas do "*Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos Homicídios no Brasil".* A leitura circunstanciada dos dados é realizada a partir de conceitos como "crime" e "criminalidade", de Durkheim; "esfera pública" de Habermas; e "objetividade" por Jay Rosen. No geral, a investigação apontou o reforço de estereótipos sobre a insegurança brasileira, a partir da exibição de reportagens violentas, bem como pela omissão de dados acerca da queda da criminalidade e o exercício da cultura de paz.

PALAVRAS-CHAVE: Crime, *Media*, Violência, Estereótipo.

1 – Criminalidade e *Media*

1.1 – Crime e sociedade... O crime na sociedade!

Em sociedades modernas, aspectos como a pobreza, a desorganização familiar e, em suma, o caos, acabam por tornarem-se, como o crime, endêmicos (SIMÕES, 2011, p. 81). É o que Durkheim (1982, p. 364) considera fator integrante das mudanças atuais: "...o crime é necessário, que não pode deixar de existir, que as condições fundamentais da organização social, tal como a conhecemos, o implicam logicamente".

Isso acontece ainda, segundo teórico francês, por conta da "anomia", em que a sociedade não consegue criar constrangimentos morais suficientes para regular o comportamento e limitar os impulsos dos cidadãos (SIMÕES, 2011, p. 87). Para Robert Merton (1938: 1964), o crime emerge da desorganização social, das dinâmicas que o indivíduo vivencia (MERTON, *apud* SIMÕES, 2011, p.89). E isso pode explicar as condutas sociais desviantes. (Simões, 2011, p. 89).

[1] Trabalho apresentado no GP Telejornalismo XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestre em Comunicação e Jornalismo pela Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: rogpaiva.news@gmail.com.

Mas, como definir o crime? Poiares (1998, p. 110) descreve-o como "uma acção atípica, ilícita, culposa e punível". Juridicamente, é a violação da norma incriminadora, os valores e bens jurídicos que regem o interesse geral (Simões, 2011, p. 60). Dele deriva o comportamento criminal (DURKHEIM *apud* SIMÕES, 2011, p. 91).

Outro fenômeno que integra a compreensão da criminalidade é a interação, a partir da comunicação de grupos sociais. Tal aspecto, com signos adaptados aos discursos, integra uma rede moderna e contemporânea de coerção aos crimes sociais. E é justamente esta a mesma matéria-prima do fazer jornalístico dos *media* que revelam, contam, traduzem atos infracionais, exercendo – entre outras funções - o papel de reforço aos ideais do sistema coercitivo vigente.

1.2 – Crime e *Media*...O crime pelos *Media*!

A comunicação é uma das atividades cognitivas de maior importância e representatividade para o ser humano. É a forma com que se conhece o outro, com que construímos dinâmicas intersubjetivas e significados psíquicos e sociais (SIMÕES, 2011, p. 110). É o que dá base para a ação comunicacional que, segundo Mead e Durkheim, "...Se enraíza dentro das próprias estruturas da linguagem. Por ela interage-se com o mundo, em vez de o usar de uma forma estratégica ou instrumental" (SILVEIRINHA, 2004, p. 176-177).

E diante dos fluxos comunicacionais e das trocas cada vez em níveis mais elevados que extrapolam as relações sociais locais e presenciais, esta esfera pública que se "subdivide em múltiplas e sobrepostas arenas subculturais internacionais, nacionais, regionais e locais" (HABERMAS, 1996, p. 373) passa a não ser mais facilmente delimitada (SIMÕES, 2011: 337). Hoje, ela conta com públicos que vão de episódicos à ocasionais, passando por públicos globais, facilmente reuníveis, agora, pelos *mass media* (SIMÕES, 2011, p. 338). Os meios de comunicação passam a funcionar, então, como "construtores da realidade social, na medida em que dão visibilidade, enquadramento e consistência a um conjunto de matérias difundidas (...) que passam a ser partilhadas por uma comunidade" (PENEDO, 2003, p. 29).

Em contato com a esfera pública, os veículos de comunicação de massa ampliam suas capacidades para "construir, naturalizar ou suplantar estruturas cognitivas determinadas, a partir das quais são tornados visíveis argumentos e contra-argumentos... referenciáveis aos

ideários dominantes" (SIMÕES, 2011, p.362). É a força destes veículos na constituição e tomada de decisões nas sociedades contemporâneas.

Decisões estas, muitas vezes diretamente ligadas ao campo da criminologia, da coerção e a fenômenos fundamentados em atos de violência que chegam ao conhecimento popular e à discussão pública exatamente por meio da imprensa. Para Kai Erickson (1966), por exemplo, "a discussão pública do crime do desvio corresponde a 'uma forma de a sociedade se questionar a si própria e ás suas fronteiras morais'". (*apud* SIMÕES, 2011, p. 86).

O crime vira notícia, então, por disponibiliza para discussão, junto ao espaço público, narrativas sobre ordem, segurança, autoridade, moral; e por trazer, em si, uma carga dramática, emotiva, que mobiliza a atenção do público (PENEDO, 2003, p. 30). A veiculação de atos infracionais é uma forma de reaviar os limites do comportamento e da ordem, produzindo consensos, a partir da veiculação de uma atividade ilícita (PENEDO, 2003, p. 42); e está diretamente ligada à ideia do controle por meio da divulgação do ato transgressivo (PENEDO, 2003, p. 86). É uma "função social didáctica, de referência normativa e reforço da coesão e da solidariedade social, através do efeito contraste" (PENEDO, 2003, p. 76). É a criação, junto à opinião pública, de "climas favoráveis ao reforço da normatividade vigente ou a introdução de reformas no sistema judicial, direccionados pois para a criminalização ou para a descriminalização" (COHEN, 1988, p.277; FRISHMAN, 1988, p.114, 115, *apud* PENEDO, 2003, p.86).

Como uma sentinela da vida social, capaz de detectar, sinalizar e divulgar movimentos transgressivos (PENEDO, 2003, p. 76); como um "panótipo habermasiano" atual que "exerce uma vigilância e controle (...) de direccionar a atenção do público e de propor sentido para aquilo a que dão visibilidade" (PENEDO, 2003, p. 82), a comunicação e a imprensa, em si, criam "mapas de significados que contextualizam a notícia em termos culturais e sociais, através dos quais se recupera a ordem e a inteligibilidade do mundo" (PENEDO, 2003, p. 37).

Por outro lado, os veículos de comunicação também veem na exibição dos crimes, uma espécie de autopromoção, a medida que tal prática é "um domínio de produção e consumo em massa" (BROWN, 2003, p. 68 *apud* MACHADO E SANTOS, 2008). Os *media* fortalecem-se ainda neste processo quando assumem o papel de interlocutores privilegiados na representação do desvio dando visibilidade a atores e cenários em uma realidade de enfraquecimento das redes de controle social (PENEDO, 2003, p. 76).

Com isso, os meios de comunicação de massa acabam por agir numa espécie de controle informal, ao "reescreverem o crime, ao transformarem uma ocorrência numa acontecimento, avançam com definição sobre as transgressão (...) e esboçam os limites do normativo" (PENEDO, 2003, p. 31). E tudo isso, geralmente, a partir de uma classe, categoria que está no poder, ou de prismas oficiais com fins de dominação e coerção (PENEDO, 2003, p. 35).

O resultado é uma apreensão da realidade pelo público, a partir do que a imprensa divulga e que ela mesma define como a transmissão da realidade. O que o público sabe sobre este universo e sobre o do sistema legal, por exemplo, deriva do que é veiculado, rotineiramente, pelos veículos de comunicação. Tudo a partir de uma narrativa que coloca o leitor num lugar de destaque, muito próximo dos crimes, passando a figurar como uma espécie de testemunha virtual destes (MACHADO, SANTOS, 2008, p. 07).

1.3 – O crime e a notícia... O crime como notícia!

Notícia é novidade, é o inusitado ou o que revela um ângulo inédito daquilo que já tenha sido previamente veiculado. É o que apresenta 'mudança, imprevisibilidade a natureza conflitual' (HALL, 1988, p. 336). É o que é normal e desviante e que acaba por revelar-se como espelho do mundo (SIMÕES, 2011, p. 366 e 367). São acontecimentos noticiáveis aqueles que "abalam as fronteiras da ordem social institucionalizada" (SIMÕES, 2011, p.: 366).

E para que ganhem o destaque apropriado, é necessária uma escolha, uma seleção dos assuntos que terão vez e voz diante de uma multiplicidade inesgotável de fatos que trazem, em si, algum potencial de noticiabilidade e que acontecem a todo o momento, pelo mundo. Tais escolhas acontecem no bojo do fazer diário jornalístico, pelos chamados *"Gatekeepers"*, por meio de suas experiências profissionais ou durante discussões e reuniões de pauta. Mas, esta seleção pode ser feita ainda - com o crescimento do fluxo financeiro dos meios de comunicação, enquanto negócios - por interesses dos veículos de comunicação e seus chefes, gerentes e proprietários que tenham inclinação para publiscizar, destacar determinadas informações. É o "poder de definir a importância dos assuntos e a relevância dos atributos nos termos dos quais esses assuntos deverão ser pensados" (McCOMBS *et al*, 2000 *apud* PENEDO, 2003, p. 45). É a atribuição de importância a assuntos com visibilidade e hierarquização de seu grau de relevância junto ao público (McCOMBS, SHAW, 1972 *apud* PENEDO, 2003, p. 45). É o que chamamos de A*genda*

Setting, cuja dinâmica pode ser, mais uma vez, e ainda melhor explicitada por McCombs e D. Shaw (1972:177 *apud* PENEDO: 2003, p. 45): "A maior parte das vezes, a imprensa não tem êxito dizendo às pessoas o que hão-de-pensar; mas tem sempre êxito dizendo aos seus leitores aquilo sobre o que hão de pensar".

Para ser pinçada deste mundo globalizado imerso em uma infinidade de acontecimentos, para virar notícia, a informação precisa, porém, dentro dos padrões de noticiabilidade, de "periodicidade" e "consonância" (SURRETE, 1998, p. 61). "Periodicidade" para manter-se viva, dia após dia, num ciclo de atualização informacional dos telejornais; e "consonância" para se relacionar com fatos similares ou transversais alargando, ampliando a cobertura jornalística sobre a temática.

E um dos segmentos mais fortes que apresenta alto grau de noticiabilidade é o crime por "conter violência, ruptura com a ordem social e a imprevisibilidade" (PENEDO, 2003, p. 41). Ele figura, hoje, como forte elemento de apelo junto à população e é extremamente utilizado pelos veículos de comunicação como forma de atrair o público (POTTER, KAPPLER, 1998, p. 03 *apud* PENEDO, 2003, p. 65). Afinal, "a dramatização, a exploração da tragédia humana quase sempre são garantia de audiências e vendas" (MACHADO, SANTOS, 2008, p. 29). Em plataformas como a televisiva, por exemplo, "a possibilidade de uma aproximação ao mundo real com acção, emoção e dramatismo" acabam por funcionar como elementos facilitadores da canalização desta audiência (PENEDO, 2003, p. 64). No Brasil, a situação não é diferente e, mesmo diante de números e pesquisas que comprovam seu enfraquecimento no seio da sociedade, o crime parece ganhar cada vez mais força nos *media*.

2 - Violência... Sinônimo de audiência?

2.1 - Pesquisas comprovam: a criminalidade está em queda no País

O Brasil assiste, ano após ano, à redução dos índices de violência de norte a sul do País. Estados brasileiros mais populosos como São Paulo (41 milhões de habitantes); e Rio de Janeiro (16 milhões de pessoas); são alguns dos que mais sentiram a redução nos efeitos da criminalidade.

Estudo feito pelo Instituto Sangari, órgão autônomo que realiza pesquisas e ações socioculturais de reconhecimento nacional, confirmam a tendência da diminuição da

criminalidade. De acordo com o "Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos Homicídios no Brasil", houve queda nos índices em relação ao crescimento populacional. Segundo o levantamento - que levou em consideração o homicídio como um dos principais crimes praticados no País - foram 47.707 casos em 2007, contra 40.507, em 1997. Com aumento de 17,8%, o número que pode parecer alarmante, é inferior ao crescimento demográfico que, no mesmo período, registrou aumento de 18,6%.

De forma mais detalhada, a pesquisa diz que em 1997, foram 40.507 homicídios registrados; chegando a 51.043, em 2002; e caindo para 47.707, em 2007. Na mesma década, São Paulo e Rio de Janeiro registram queda de 20,3% e 20,8% nos homicídios, respectivamente. Se levarmos em consideração a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes, em 2007, a média brasileira era de 25,4; subindo para 28,9 (2003); e caindo para 25,2 (2007). No Rio de Janeiro, a queda foi de 31,7%; e em SP, de 58,6%.

Em 1997, 17.249 homicídios foram registrados nas capitais brasileiras. Em 2002, este índice subiu para 19.392 casos. Já em 2007, o mesmo indicador caiu para 16.490. Redução média de 4,4%. Na maior capital do País, São Paulo, entre 1997 e 2007, a redução registrada foi de 65,6%; e no Rio de Janeiro, diminuição de 39,8%. Se levarmos em consideração exclusivamente as Regiões Metropolitanas, as mais importantes do Brasil também registraram queda no número de homicídios: no Rio de Janeiro, redução de 29,4%; e em São Paulo, 58,6%. Na participação percentual do universo de homicídios praticados em território brasileiro, as capitais registraram queda na concentração destes casos de 42,6%, em 1997, para 36,4%, em 2007. Já as Regiões Metropolitanas seguiram a mesma tendência, diminuindo de 58,6% para 45%, o numero de casos no mesmo período de análise.

Na maioria dos casos, o levantamento feito pelo Sangari revelou que o País apresentava aumento no número de homicídios até o ano de 2002, sendo que, a partir de 2003, houve registro de queda nas estatísticas. Campanhas de desarmamento são alguns dos fatores responsáveis pela redução dos homicídios brasileiros, segundo o estudo, com a retirada de pelo menos 100 mil armas das ruas. Iniciativas de Organizações Não-Governamentais, mobilizações sociais, palestras difusoras do combate à violência, produzidas pela sociedade organizada, também reforçam o combate à criminalidade, bem como a criação de Unidades Pacificadoras (UPs), sobretudo em comunidades pobres .

Mas, toda esta redução apresentada por pesquisas e levantamentos parece não ter eco nos veículos de comunicação brasileiros. Na contramão da diminuição da violência no País, manchetes, sobretudo de telejornais, estampam, cada vez mais, sangue e criminalidade. Os homicídios, na maioria das vezes, são as principais notícias do dia. É a "...discrepância entre a saliência da cobertura jornalística do crime e as estatísticas oficiais, no sentido de uma sobrerepresentação da criminalidade violenta" (PENEDO, 2003, p. 42). Sobreposição esta que, segundo a autora, incrementa o crime e a violência nos cenários midiáticos, por meio do papel indutor dos *media*:

> "Impacto da Mídia na definição do crime (...) através das amplificação de fenômenos específicos de criminalidade que não encontram sustentação nas estatísticas oficiais, mas contribuem para a criação de mitos em torno do crime e da ameaça que o mesmo comporta à utilidade pública" (PENEDO, 2003, p. 58).

2.2 – Na prática: Violência ganha espaço nos telejornais brasileiros

Os brasileiros nunca foram tão bombardeados por notícias policiais. Entre as principais emissoras de televisão brasileiras, praticamente todas têm nas notícias policiais, seus principais atrativos na busca pela audiência. Choro, emoção, desgraças humanas viraram conteúdos obrigatórios em telejornais locais e nacionais. É o que Lúcia Penedo confirma quando diz que a televisão é conhecida por seu "tom enfático, com que projeta determinados temas, de acordo com sua capacidade de produzir uma comunicação mais emotiva, exacerbando aspectos de dissonância ou de conflito" (PENEDO, 2003, p. 53). São notícias que possuem tratamento diferenciado para serem veiculadas com destaque dentro de cada edição. É o que Penedo explica quando afirma que "o crime deslocou-se de uma subespécie de jornalismo tablóide para o centro da cultura dos media eletrônicos, donde gera cada vez mais narrativas sobre a ordem e a patologia social" (PENEDO, 2003, p. 66).

De uma forma geral, o crime e a violência figuram em reportagens mais longas, que abusam da captação do choro, das lágrimas, do desespero e da indignação de quem é vítima da criminalidade no Brasil. A edição é mais ágil e com trilhas sonoras que agregam drama e suspense a fatos antes veiculados como simples noticiais do cotidiano. É o que Cristina Penedo, a partir de Adriano Rodrigues (1993), aborda quando diz que:

> "...Contornos de violência (excesso), de ruprtura com o normativo (falha), de bizarraria e perversidade (inevrsão), as histórias do crime acumulam atributos de notabilidade, que se tornam em matéria midiática de grande projeção, a que se associa

> uma forte componente dramática, elemento galvanizador da atenção do público" (PENEDO, 2003, p. 40).

Já os repórteres que veiculam mostram-se à vontade nos cenários de violência e buscam linguagem coloquial. Por vezes, juízos de valor são feitos dentro do próprio material jornalístico, papel que, até então, era exercido, apenas, por vozes competentes como o poder judiciário e pelo próprio telespectador. Posturas que colocam em xeque o tradicional distanciamento e a isenção jornalística. Em foco, a discussão sobre a importância da objetividade que, de acordo com Jay Rosen, hoje, acaba por estar esgotada:

> "...Entra também em conflito com a coisa mais básica do jornalismo enquanto actividade que é o contar estórias. (...) Ser objetivo não é de todo uma característica de um qualificado contador de histórias. Contudo, os jornalistas irão reclamar simultaneamente esses dois aspectos para o seu trabalho. Eles são objectivos e contam-nos "estórias". Os dois valores estão em conflito. Vêmo-lo especialmente na televisão onde há uma ênfase tão forte na dramatização que as rotinas e os rituais da objectividade ficam de lado" (ROSEN, 2000, p. 146).

Os flagrantes também são elementos fundamentais para a construção destes formatos. Imagens de circuito de segurança são exibidas e reprisadas ao extremo. Registros audiovisuais de assaltos, brigas, acidentes de trânsito igualmente tem espaço garantido nestas matérias. Cenas que por vezes chocam, emocionam e que podem violar os direitos básicos do ser humano.

Há um esforço das emissoras, ainda, para a transmissão de fatos exatamente na hora que acontecem. Para isso, são montados *links* de transmissão ao vivo em locais de crimes. São os *media* e sua capacidade de onipresença nos mais diversos nichos do espaço público, a partir de uma "instantaneidade de transmissão e acessibilidade de recepção conseguida pelas novas redes midiáticas..." (PENEDO, 2003, p. 82).

2.3 – De norte a sul do Brasil, a criminalidade é o assunto do dia

De notas à grandes reportagens, a violência é um dos principais combustíveis que movimenta os telejornais brasileiros na atualidade. Emissoras como a TV Record - segunda colocada no ranking de audiências nacionais, segundo o Instituto Ibope - é uma das que mais aposta neste segmento.

Prova disso está na cobertura de factuais como uma reportagem exibida em 20/10/2007, pelo produto jornalístico nacional transmitido, em horário nobre, pela TV Record, o "Jornal da Record". A matéria mostrava que, após uma troca de tiros entre

traficantes e policiais, no Rio de Janeiro, a região continuava "dominada por criminosos", como citou a apresentadora Adriana Araújo, ao chamar a reportagem. No corpo da matéria, o repórter dizia que faltava policiamento e que os tiroteios "viraram rotina" no local. Moradores foram entrevistados. Um deles dizia: "Bala pedida não tem dono, não tem nome!". Outra desabafou: "Aqui é morte, morte, morte (...) Temos crianças aqui, a gente não consegue mais viver em paz na rua. Queremos policiamento". Frases fortes e de efeito que, certamente, ampliavam a realidade da região que passava por situação de risco, mas não vivia exatamente um cenário de guerra como descrito. Tal escolha editorial da emissora ao utilizar exatamente estas entrevistas ao longo da reportagem já é fruto de um ciclo de alardes feitos, sucessivamente, sobre violência no Rio de Janeiro e que acabam - somadas à situação extrema por que passa a comunidade local - suscitando desabafos como os utilizados na matéria. É como o definido por Rita Simões que diz que "ao amplificarem e exagerarem em determinadas situações desviantes, os media conduzirão a reacções exageradas por parte dos públicos" (SIMÕES, 2011, p. 382). A reportagem, que tem pouco mais de um minuto, utiliza áudios de tiroteio e imagens de destruição para reforçar o pânico instalado no local.

Na produção de reportagens especiais não é diferente. Em 20/01/10, o "Jornal da Record" começava a exibir a série "Um Batalhão contra o Crime". Em pauta, os riscos que a polícia do Rio de Janeiro corre para manter a paz em morros cariocas. Na primeira matéria exibida, com mais de nove minutos de duração – tempo generoso em relação ao padrão das matérias exibidas em telejornais do Brasil – o repórter Vinícius Dônola acompanha, de dentro de um veículo blindado da polícia, o chamado "caveirão", uma incursão pelo subúrbio do Rio. A vinheta de abertura conta com arte moderna e som de rock pesado. O objetivo é mostrar que o produto que será exibido, a partir de então, é forte e impactante.

Logo no início da matéria, jornalistas e polícia são recebidas a tiros. Neste momento, a trilha sonora e edição ajudam a levar o telespectador à dimensão da tensão enfrentada pelos repórteres. Vidros estilhaçados do veículo são minuciosamente exibidos. Em seguida, o motorista do "caveirão" é entrevistado em tom heroico por conduzir um veículo repudiado por criminosos e sinônimo da presença da polícia na região. Os extremos do pânico pelo tiroteio e a tranquilidade pela figura do policial que "enfrenta" os bandidos convivem na mesma reportagem. É "o medo do crrime e a garantia dada pelos media de algo está a ser feito constituem um mundo fechado de ameaça e de reforço que aprisiona o

espectador. Isso assinala a era do espetáculo pós-moderno" (KIDD, HEWITT, 1995, p. 21 *apud* PENEDO 2003, p. 61). Por fim, o "sobe som" do momento em que a equipe é recebida por balas é mais duas vezes explorado. Repetições para "segurar" o telespectador diante da televisão ao longo da matéria.

A série foi um sucesso de audiência, não apenas por apresentar "serialização" das histórias, "personificação" das personagens e "comodificação" do produto final (MACHADO, SANTOS, 2008, p. 09), fatores que geralmente atraem e fidelizam o público, mas também por juntar à notícia, aspectos de ficção e entretenimento, contribuindo para a minimização das fronteiras entre realidade e entretenimento, entre informação e ficção (Machado; Santos, 2008, p. 09). É o "inforentretenimento" que pode ser claramente entendido como:

> "O crime, misto de acção, emoção, drama e suspense, contém ingredientes titilantes, mobilizadores da atenção do público, capazes de conduzir o olhar voyerista do espectador até área smais recônditas da vida privada, ou ao lado mais sombrio e enigmático da natureza humana" (PENEDO, 2003, p. 61).

Outra região bastante produtora de conteúdo sobre violência para a TV brasileira, atualmente, é o nordeste do País, em especial, o Estado da Bahia e sua capital, Salvador. A cidade é conhecida por sediar um dos mais agitados carnavais. E é justamente no ambiente da folia que a Record mostra, habitualmente, flagrantes de desentendimentos e agressões físicas. No dia 10/03/11, por exemplo, a emissora exibiu uma reportagem com quase dois minutos de imagens de pessoas brigando em pleno local por onde passam os blocos carnavalescos. Eles trocam socos, empurrões em cenas exibidas na hora do jantar dos brasileiros, quando a família está diante da televisão. É o reforço à imagem que a Record já divulga, com frequência, do povo da região, mostrado frequentemente como sinônimo de confusão. Isso acontece porque "a percepção pública da criminalidade encontra-se intimamente relacionada com a difusão midiática de notícias sobre o crime" (MACHADO, SANTOS, 2008, p. 07).

Como forma de tentar cumprir a imparcialidade apregoada pela ética jornalística, a reportagem é encerrada com uma entrevista com um delegado de polícia, cuja esfera aproxima-se da imprensa para publiscizar a eficácia de sua atuação e na tentativa de gerir a própria imagem junto a opinião pública. Tentativa essa que, neste caso, por ser frustrada. Isso porque no trecho usado na matéria, o delegado diz que: "...É uma festa que reúne muitas pessoas, onde nós temos um elevado consumo de bebidas alcoólicas. E, por si só, a música nos agita. Então, é importante que possamos fazer um trabalho integrado com os

foliões e a polícia está ai atenta para qualquer tipo de ocorrência". Nota-se, assim, uma seleção editorial que acaba por pressionar a polícia, à exemplo do que a imprensa já faz a outras esferas de poder como o judiciário, quando percebe lentidão ou ineficiência nos processos:

> "São narrativas, imagens que podem interferir no grau de intimidade do poder instituído, na medida em que, para aí são convocadas várias vozes e personagens que, em cada momento, concorrem para o desfecho da história e equacionam a tensão criada entre o caos e a ordem, entre o conflito e a sua resolução, entre a norma e o desvio" (PENEDO, 2003, p. 33).

Mas, cidades que antes apresentavam pouca expressão na conjuntura nacional midiática também passam a exibir, em cadeia nacional, a violência praticada fora do eixo centro-sul brasileiro. É o caso de Belém, capital do Estado do Pará, no norte do Brasil. Além de produzir matérias sobre natureza, biodiversidade, a região passou, também, a ser conhecida, nacionalmente, graças à imprensa, por conta da veiculação de matérias sobre a criminalidade local, em especial por causa dos assaltos com reféns comuns na região. Exemplo disso foi o material exibido pelo "Jornal da Record" do dia 18/12/2009. Era um assalto com refém com perseguição policial, registrado com exclusividade. Na reportagem, um homem arrastava uma mulher pelas ruas da cidade, apontando a arma para cabeça dela, sendo, em seguida, perseguido por cerca dez policiais. Acuado, ao não se entregar, o bandido troca tiros com os policiais e acaba abatido. Um policial também morre e outros ficam feridos. As imagens abriram a edição daquele dia do principal jornal nacional da emissora. Ao mostrar a vítima dando entrevista banhada de sangue; e policiais a agonizar, caídos no chão, a edição apelou para a emoção para atrair o olhar dos espectadores. Tudo exibido sem narração alguma, apenas o áudio ambiente. Tal formato quase nunca é usado na televisão brasileira e acabou por garantir bons índices de audiência para o telejornal bem como, posteriormente, à equipe, uma vaga na final do Prêmio Imprensa Embratel 2010, um dos mais importantes do jornalismo brasileiro.

Já em 18/12/2009, o "Jornal da Record" exibiu outra matéria cuja chamada dizia: "E agora uma cena que tem se tornado comum numa das principais capitais brasileiras. Em Belém, mais uma mulher foi mantida refém por assaltantes em fuga". Na reportagem, imagens da vítima tendo o revólver apontado pelo bandido contra a própria cabeça durante a negociação policial. Na mesma reportagem, dois outros casos parecidos: um em que um adolescente fizera um ônibus inteiro - mais de 40 passageiros reféns; e ainda outro em que, também, menores de idade, fizeram um jovem de 22 anos refém dentro do próprio carro.

Neste trecho da reportagem, os menores infratores debocharam da polícia fazendo exigências para se entregarem e encerrarem a ação criminosa. Eles diziam: "A gente quer fumar...A gente quer tomar um refrigerante" e chegaram a exigir até uma maçã para se renderem. Reportagens que geram sentimento de revolta nos espectadores, sobretudo, em relação à pena aplicada aos "menores infratores" que, dentro das leis brasileiras, acabam pagando cerca de um terço da pena que seria outorgada a um adulto caso ele cometesse o mesmo crime.

Nas duas reportagens, além de relativa ridicularização ao trabalho da polícia, há a construção de estereótipo sobre adolescentes de baixa renda, uma vez que vários casos semelhantes – de assaltos com reféns promovidos por menores - já haviam sido extremamente explorados pela imprensa local e nacional. O caso possui semelhança ao que aconteceu na Europa, na década de 60, em que os *mods* e *rockers*, sempre exibidos como detentores de um estilo de vida marginal, também passaram a ser mal vistos pela sociedade local. No Brasil oi Na Europa, estes casos acabam "desencadeando na opinião pública a inquietação e a noção de problema social, e colocando esses grupos sob uma maior atenção das instâncias de controlo formal, numa aspiral de amplificação da desviância (PENEDO,2003, p. 57).

3 – Reforço do estereótipo: A violência brasileira nas telas estrangeiras

Todas as reportagens analisadas que mostram a violência, nas mais diversas regiões do Brasil, foram, também, exibidas em dezenas de países – incluindo Portugal – pelos telejornais brasileiros veiculados pela TV Record Internacional. Em muitos casos, tal exibição, fora de um contexto ou explicação mais aprofundada, leva o telespectador de fora do Brasil e, desconhecedor da realidade do País, a realmente acreditar que a violência está, de uma forma geral, em patamares insuportáveis e em franco crescimento em território brasileiro. Mas, como já foi comprovado pela última pesquisa do Instituto Sangari, dentro de recortes de crimes como o homicídio, bastante explorados pelos noticiários brasileiros - essa tendência é justamente inversa.

É uma linha editorial que convive de forma muito tênue com o conceito de "sensacionalismo". Isso acontece porque o discurso utilizado nessas diversas reportagens tem uma linguagem por base, por onde perpassam boa parte desses conflitos. Nela há também confrontos ideológicos, sobretudo quando vista pela ótica social, importante para

sua análise. (CARNEIRO, 1996). É a espetacularização do crime e da criminalidade, em si, gerando uma amplificação da notícia a patamares emotivos estratosféricos. O assunto é foco de análise de José Arbex Júnior que diz que:

> "O que importa, nos atuais programas de telejornalismo, é o impacto da imagem, assim como o ritmo de sua transmissão. Como no videoclipe, uma sucessão de imagens é "costurada" de maneira aparentemente aleatória, mas que em seu conjunto reforçam uma certa mensagem. (...) No caso do telenoticiário, as imagens reiteram uma certa percepção do mundo (mulheres com véu no Islã, negros famintos na África, "bandidos" negros etc.). O que se fixa, na memória do telespectador, são flashes. (JR. 2001, p. 52).

São denúncias de chacinas, homicídios, assaltos com reféns, operações policiais que, se por um lado, no Brasil, acabam por desempenhar o papel de denúncia e de retrato da realidade, por outro, em ambientes internacionais, acabam por provocar o reforço dos estereótipos historicamente disseminados sobre o País. Isso acontece porque "Os media fornecem mitos que modelam a nossa concepção do mundo e actuam como importantes instrumentos de controle social" (COHEN, YOUNG, 1998, p. 12, *apud* PENEDO, 2003, p. 20).

É toda a uma conjuntura que favorece a disseminação de rótulos e estereótipos que acabam por tipificar pessoas, comportamentos e lugares a partir de valores dominantes (PENEDO, 2003, p. 43). "Alguns estudos no âmbito da comunicação de massas identificaram e descreveram com detalhe, fenômenos de estigmatização operados pelos media na cobertura de acontecimentos transgressivos, donde emergem novos desviantes" (PENEDO, 2003, p. 43).

Por outro lado, a veiculação do crime já traz em si, uma carga cognitiva estigmática nata "na medida em que veicula e conota a transgressão com indivíduos ou grupos minoritários, a partir de um determinado atributo ou característica" (PENEDO, 2003, p. 59), a medida que "distinguem-se os bons dos maus, os locais perigosos dos locais seguros, de forma a reduzir a incerteza e a imprevisibilidade da interação social" (PENEDO, 2003, p. 59). O resultado são coberturas jornalísticas que abusam dos clichês ao afirmarem, por exemplo, que algumas zonas são "perigosas", em detrimentos à outras. Puro reflexo da "ótica das fontes oficiais e em conformidade com a visão que daqueles espaços têm agentes exteriores" (PENEDO, 2003, p. 86). É o que a mesma autora melhor explica como:

> "Essa abordagem concorre junto da opinião pública para a construção de mapas cognitivos da violência, marginalidade, tráfico de drogas, representando um ordenamento do tecido social no plano simbólico capaz de circunscrever o medo, mas que não deixa de constituir uma visão redutora e estereotipada da realidade, sob o prisma de agentes exteriores a esses públicos" (PENEDO, 2003, p. 86).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a criminalidade ainda é um mal crônico que assola o Brasil. A violência está em todas as regiões, em cada esquina de grandes e médias cidades do País. É um fenômeno que coage e amedronta brasileiros de todas as classes e níveis sociais. É um processo que vitima moradores, independente de idade, raça ou religião. Mas, diante de tal realidade, é preciso ter cuidado ao generalizar tais situações. É necessário haver uma reflexão sobre o papel da imprensa neste processo. É imperativo analisar se, o objetivo inicial de denunciar os crimes com fins de mobilizar governos e forças políticas para conter o avanço da violência e melhorar a segurança pública da população, realmente está sendo atingido. Ou se, mais que isso, a super valorização da criminalidade levada todos os dias, para dentro das casas de milhões de brasileiros, a qualquer hora, desrespeitando a idade e ignorando o preparo emocional de quem assiste, não está a provocar pânicos generalizados no telespectador.

E se estes males psicológicos atingem a audiência brasileira diante da massificação de noticiais sobre violência, que dirá a estrangeira que não vive no Brasil, não conhece realmente de perto a realidade do País e, de forma descontextualizada, acaba por ser levada a acreditar, realmente, que a escalada da violência brasileira é um processo que só cresce, que não tem volta e apresenta-se cada vez mais sem precedentes na história nacional. Faz-se necessário, diante disso, um tratamento mais adequado e especial para as notícias sobre o Brasil veiculadas no exterior, a fim de evitar o reforço de estereótipos, estigmas e a construção de uma imagem cada vez mais distante da realidade do País.

Por outro lado, se estatísticas comprovam que a criminalidade ou, ao menos parte dela, está em queda, por que não utilizar tais informações para promover, também, uma tranquilidade, mesmo que parcial, a fim de melhorar a qualidade de vida da população? Por que não investir em pautas positivas sobre segurança e, ao mesmo tempo, reduzir os níveis de dor, tiros e mortes exibidos nos telejornais? Se ao lado de reportagens sobre violência houvesse a exibição de matérias que mostrassem, com mais frequência, os avanços no combate à criminalidade do Brasil, aí sim a imprensa estaria desempenhando seu papel de isenção e deixando ao telespectador o direito de concluir e apreender a verdadeira realidade brasileira, seja dentro ou fora do País.

É o papel de “cão de guarda” atribuído à imprensa que, mais do que nunca, no Brasil, leva os media a uma ferocidade impressionante quando das pautas sobre violência

que chegam a causar mal estar no mais frio dos telespectadores. É o papel pacificador e também educativo dos veículos de comunicação, cada vez mais deixado de lado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARBEX JR., José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CARNEIRO, Agostinho (org.). O discurso da Media. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. (Série investigações lingüísticas), 1996.

FERRAZ, Sônia. **A Media no Combate à violência: A operação Rio.Favelados e favela como os "bodes expiatórios**, 2000.

MACHADO, Helena e SANTOS, Felipe. **Crime, Drama e Entretenimento. O caso Maddiee a meta-justiça popular na imprensa portuguesa.** Coimbra: CES/Universidade de Coimbra, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Os termos-chave da análise do discurso.** Lisboa: Gradiva, 1997.

PENEDO, Cristina . **O Crime nos Media - O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime.** 1.ª Colecção: Media e Jornalismo. Livros Horizonte, 2003

ROSEN, Jay. **Para Além da Objetividade. Revista de Comunicação e Linguagens.** Lisboa: Relógio Dagua Editores, n.27, 2000.

SERRA, Sônia. **A produção de notícias e a esfera pública internacional. In: Práticas midiáticas e espaço público.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SIMÕES, Rita. **Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media.** Coimbra : [s.n.], 2011.

SURRET, Ray. **Media, Crime, and Criminal Justice: Imagens and Realities.** Belmont, CA: Thomson/Wadsworth, 1998.

WIZELFISZ, Julio. **Mapa da Violência no Brasil 2010 – Anatomia dos Homicídios no Brasil.** Instituto Sangari, 2010.